

Grupo focal e prática de pesquisa em Análise do Discurso: metodologia em perspectiva dialógica

Focus groups and research practices in Discourse Analysis: methodology in perspective

Poliana Coeli Costa Arantes

UERJ

polianacoeli@yahoo.com.br

Bruno Deusdará

UERJ

brunodeusdara@gmail.com

Resumo: Este texto propõe uma discussão a respeito dos impasses metodológicos com os quais um analista do discurso se confronta ao optar pelo acesso aos “dados” por meio de pesquisa de campo. Serão apresentadas reflexões sobre a produção e análise de “dados” em contextos de interação e, finalmente, exemplificações do percurso metodológico em pesquisa que investiga o universo da prática de leitura por meio da realização de grupos focais.

Palavras-chave: pesquisa de campo; grupo focal; Análise do Discurso.

Abstract: The aim of this paper is to introduce a discussion about the methodological impasses that a discourse analyst confronts accessing the “data” through the methodology of field research. We will show reflections on the production and analysis of “data” in interaction contexts and exemplifications of the methodological course in a research that investigates the reading practices using the method of focus groups.

Keywords: field research; focus group; discourse analysis.

Recebido em: 21 de julho de 2015.

Aprovado em: 07 de março de 2016.

Introdução

Neste texto propomos um diálogo com um projeto mais geral de afirmação das práticas de pesquisa qualitativa, que vem atravessando, mais recentemente, diferentes áreas das ciências humanas. Ao mesmo tempo, desejamos explicitar as ferramentas de que dispomos como analistas do discurso para esse debate, aliando-as a uma postura ética, orientada por uma valorização do próprio processo de pesquisa em detrimento de uma espécie de fetichismo dos resultados.

O referido projeto de afirmação das práticas de pesquisa encontra inspirações diversas, respondendo a aspectos de diferentes ordens da conjuntura nacional atual: (i) de ordem econômica, remetendo ao desequilíbrio entre as áreas na destinação dos recursos públicos para o financiamento de pesquisa; (ii) social, interrogando as forças que atuam na compressão do espaço público e de um deslocamento no papel do intelectual; (iii) cultural, fundado em um preconceito insistente baseado em dicotomias como teoria \times prática, objetivo \times subjetivo; (iv) institucional, apreensível nas pretensões por demarcação de fronteiras e manutenção de especialismos; (v) tecnológico, cuja aceleração e imediatividade no acesso à informação parece atribuir aos saberes efeitos de intensa fragmentação e rápida obsolescência; (vi) filosófica, na afirmação de uma perspectiva que compreende a indissolúvel vinculação entre saberes e as relações de poder em sua emergência; (vii) científica, nos debates em torno da legitimidade e validade de saberes produzidos em percursos que não pressupõem reiterar imparcialidades ou universalismos.

Esse cenário nos indica a necessidade de um intenso debate, movimentando atores em diferentes instâncias, atuando ora em propósitos convergentes, ora em divergências cujas soluções não parecem despontar tão facilmente. Entendemos que nossa inserção no referido debate pode apontar para interrogações relativas às questões gerais, mas também precisa se centrar nas experiências concretas nas quais temos investido como analistas do discurso.

Procurando compreender o modo como analistas do discurso podem se inserir nesse debate, parece-nos relevante observar que, de certo modo, essa parece ser uma atitude reiterada desde a emergência desse campo do saber no âmbito dos estudos linguísticos. Isso é o que destacam Mariani e Medeiros (2013), quando ressaltam que a descontinuidade operada pela Análise do Discurso (AD) em relação

aos estudos linguísticos nos anos 1970 e 1980, no Brasil, produziu um “acontecimento teórico”.

Ainda em diálogo com as autoras, desde seus movimentos inaugurais, os estudos do discurso se propõem a considerar que “falar é tomar posição no sócio-histórico, é inscrever-se subjetivamente em redes de sentidos com a ilusão de se estar na origem e no controle do dizer” (*Ibid.*, p. 20).

Se desde seu gesto inaugural a AD vem fortalecendo a evidência dos vínculos indissolúveis entre ciência e política, uma contribuição contemporânea que nos parece importante atua no sentido de apontar para a necessária dissolução da crença nos universalismos, indicando um projeto de mudança social implicado na explicitação do potencial de intervenção dos dispositivos de pesquisa.

Com efeito, toda pesquisa produz intervenção no cenário em relação ao qual pretende investigar. Não há ato de conhecer que não produza deslocamentos, ainda que em escala infinitesimal. Nosso projeto passa por uma reflexão acerca das práticas metodológicas, de modo que seja possível acolher, o que nos acontece durante a pesquisa, tudo aquilo que reafirma sua dimensão processual, em detrimento da busca exclusiva por resultados em razão unicamente de objetivos previamente estabelecidos.

Um projeto de atuação em AD assim formulado está em consonância com um desejo de contribuir “no sentido de fazer implodirem as visões totalizantes sobre o real, possibilitando repensar os grandes estereótipos com os quais convivemos”, bem como “no sentido de desnaturalizar o que pode efetivamente ser apreendido como efeito discursivo” (ROCHA, 2014, p. 629).

Como percurso para as reflexões propostas, partiremos de uma breve consideração a respeito das opções metodológicas em pesquisa qualitativa, buscando caracterizar suas especificidades; em especial, os desafios colocados quando o pesquisador vai a campo. Para evitar uma ênfase excessiva sobre o dito, negligenciando os modos de dizer e as práticas subjacentes aos textos, é preciso refletir sobre o contexto institucional no qual a pesquisa se insere. Com isso, evita-se a ideia de que comparecem à situação apenas pesquisadores e participantes da pesquisa. Essas imagens remetem a apenas uma das espessuras da densidade institucional na qual o pesquisador se insere.

Este texto propõe uma discussão a respeito dos impasses metodológicos com os quais analistas do discurso se confrontam ao eleger dispositivos diversos de pesquisa de campo como fonte de acesso ao que habitualmente se designa por “dados” a serem submetidos a exame. Centramos nossas reflexões no debate acerca do percurso metodológico em pesquisa que investiga o universo da prática de leitura por meio da realização de grupos focais com leitores de dois universos sócio-culturais diferentes, o alemão e o brasileiro¹.

Como considerações finais, ressaltamos o modo segundo o qual se pode privilegiar uma dinâmica processual das pesquisas em detrimento dos resultados atingidos, considerando a possibilidade de incorporação dos imprevisíveis, das contingências dos processos em detrimento dos resultados.

Práticas metodológicas e a afirmação da dimensão processual em pesquisa linguística

Discutimos a seguir as práticas metodológicas em pesquisa qualitativa, ressaltando a rejeição a roteiros previamente estabelecidos como elemento sem o qual se suporia ser possível questionar sua cientificidade. Em termos bastante superficiais, pode-se compreender nesse tipo de consideração acerca de uma suposta fragilização de “resultados”, quando não se segue um roteiro metodológico fixo, um diálogo com um projeto foucaultiano de genealogia. A questão que dirige esse projeto é a seguinte: o que se reivindica quando se pretende afirmar acerca de um conhecimento que ele seja científico? Relacionando-a com o que apresentamos aqui, é adequado interrogar: que legitimidade se deseja conferir aos resultados de pesquisa quando se exige que sejam obtidos por roteiros metodológicos fixos?

Sendo assim, situamos essa expectativa de cientificidade subjacente às orientações conferidas às práticas metodológicas, inicialmente buscando referências básicas no campo dos estudos

¹ Esta pesquisa foi realizada no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, orientada pelo prof. Dr. Wander Emediato, com período de bolsa de doutorado sanduíche na Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha), sob a orientação do prof. Dr. Rolf Kailuweit, financiada pela CAPES e pelo DAAD.

linguísticos. Em seguida, recorreremos a elementos que buscam caracterizar o dispositivo do grupo focal para acesso aos “dados” na pesquisa de campo. Por último, explicitamos aspectos que vêm fundamentando as reflexões sobre o potencial de intervenção implicado em qualquer pesquisa, não apenas nas de natureza qualitativa. Damos destaque ao privilégio da própria dimensão processual da pesquisa e a legitimidade reivindicada por esse tipo de discussão.

O “paradoxo do pesquisador” e a impossibilidade do apagamento de sua inscrição no campo

No campo dos estudos linguísticos, parece-nos lícito remontar às experiências empreendidas por W. Labov (2008) como um momento inaugural em que se pretendeu refletir explicitamente sobre a presença do pesquisador no campo. As preocupações inicialmente estabelecidas – ainda que de uma maneira ou de outra talvez permaneçam presentes em certas recomendações que insistem em se oferecer a pesquisadores da área – serão aqui assumidas como remetendo a uma perspectiva que respondia a impasses de sua época. Sua reflexão fundamentou-se no que se convencionou chamar de “paradoxo do observador”, cuja síntese seria a seguinte: o projeto de uma pesquisa de campo “deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio de observação sistemática” (*Ibid.*, p. 244).

A delimitação do referido paradoxo emerge como uma advertência para um problema que se deseja superar, nos marcos de uma orientação de pesquisa que privilegia a análise estatística de dados. Há, como se vê, uma pretensão de observação da fala espontânea, que a presença do pesquisador viria, senão inviabilizar, no mínimo, suspender. Sem que se discuta exatamente essa pretensão de acesso à espontaneidade, observando com que projeto de fazer ciência ela dialoga, as orientações pretendem neutralizar os efeitos da presença do pesquisador, em busca de restituir a espontaneidade da fala. Esse projeto de apagamento da inscrição do pesquisador surge como efeito do tipo de saber pretendido, extraído de variáveis estatísticas. No paradoxo, a pretensão de acesso à espontaneidade encontraria sua dificuldade no fato de só poder ser apreensível por meio da sistematicidade da observação.

As alternativas oferecidas nessa direção seriam, de um lado, desenvolver procedimentos diversos com o intuito de desviar a atenção dos falantes, permitindo, ao menos supostamente, que “a pessoa presume inconscientemente que, naquele momento, não está sendo entrevistada” (*Ibid.*, p. 245) e, de outro, realizar, depois de entrevistas individuais, sessões em grupo, nas quais os participantes interagiriam entre si. A conclusão a que se chegou com tal procedimento sintetiza-se da seguinte forma: “como resultado, reduziu-se ao mínimo o efeito da observação sistemática” (*loc. cit.*).

Sem dúvida, a pretensão de apagamento da presença do pesquisador no campo é apenas parte de um projeto de fazer ciência com o qual uma perspectiva discursiva tem estabelecido polêmicas importantes. Apenas destacaríamos aqui o fato de tais polêmicas produzirem como efeito a ausência de roteiros metodológicos fixos, por assumir uma perspectiva acerca dos eventos sociais que não pode sustentar a ideia de que haveria uma espontaneidade sem espessura histórica. Essa ausência é eventualmente indicada como um demérito, cujo risco recairia sobre a perda de validade científica dos resultados alcançados. Já entre os pesquisadores do campo do discurso, somamo-nos aos que consideram que essa ausência, longe de figurar como um demérito que fragilizaria os resultados, aponta para uma impossibilidade de dissociação entre teoria e prática de pesquisa.

Aliás, trata-se de um dos aspectos fundadores do campo dos estudos do discurso a crítica ao descolamento das práticas metodológicas em relação à perspectiva teórica. Já no texto de 1969, Pêcheux, ainda assinando como Paul Henry, apontava nessa direção indicando que toda teoria pressupõe igualmente a (re)invenção de seus instrumentos, “de tal maneira que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação dos instrumentos pela teoria” (HENRY, 1997, p. 17). Na sequência, uma observação de Paul Henry merece destaque: “é isto que faz da atividade científica uma prática” (*loc. cit.*).

Observações a partir da perspectiva dialógica

De fato, a AD aparece no cenário das ciências humanas questionando a legitimidade da cisão entre reflexão teórica e os encaminhamentos metodológicos, porque recusa os imperativos de

objetividade e neutralidade tão característicos do pensamento moderno. No vasto campo dos estudos do discurso, passaremos a fazer algumas considerações, inspirando-nos em uma orientação dialógica.

Uma marca desse debate reside no cuidado que se deve conferir à materialidade verbal para que não seja tomada como “dado”, a que se atribuiria certa autonomia diante do contexto do qual teria sido “extraído”. Essa suposta autonomia produziria o efeito indevido de fazer supor que o tipo de conhecimento proveniente da análise empreendida viria apenas do exame dos enunciados. Dessa forma, a compreensão segundo a qual “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 296) torna-se aqui uma advertência imprescindível, propondo o investimento em formas de restituir, a partir dos enunciados, sua situação de produção.

Os desdobramentos da perspectiva de Bakhtin têm sido apropriados recentemente e tendem, por exemplo, a considerar que as interações entre pesquisador e participantes da pesquisa de campo “constituem-se a partir de um amplo processo de negociação, no qual entram em jogo diferentes interesses e expectativas em relação ao Outro” (VARGENS *et al.*, 2008, p. 158). A compreensão de um processo de pesquisa a partir da perspectiva dialógica insere a negociação de sentidos não apenas no plano do que se diz em situação de pesquisa, mas se desdobra na própria densidade da instituição pesquisa. O diálogo e a negociação de sentidos com o campo já se inicia no momento mesmo de elaboração de objetivos, de escolha dos instrumentos de captação de textos, de articulação de referenciais teóricos, uma vez que todas essas etapas “dependem da tentativa de se entender as necessidades dos sujeitos pesquisados e as suas possíveis demandas, embora muitas vezes não sejam concretamente verbalizadas” (*Ibid.*, p. 161).

A reflexão acerca da pesquisa de campo é desdobramento da perspectiva proposta por Rocha, Sant’Anna e Daher (2004), quando recusam compreender a entrevista como mero instrumento de captação de saberes, mas afirmando seu estatuto de “dispositivo de produção/captação de textos, isto é, um dispositivo que permite retomar/condensar várias situações de enunciação ocorridas em momentos anteriores” (ROCHA; SANT’ANNA; DAHER, 2004, p. 175).

Segundo uma orientação dialógica de pesquisa, não se pode conceber o momento da análise – o ato de compreender os textos – como a produção de algo que não seja igualmente um texto. “Compreende-se

sempre sob a forma do processo da palavra, reconstruindo-traduzindo o texto do outro” (AMORIM, 2004, p. 48). Essa tradução do texto do outro é também um texto, pois “ao concordar, discordar, completar, interromper, retirar-se, o coenunciador manifesta-se ativamente”. Enfim, “compreender é, assim, posicionar-se” (DEUSDARÁ, 2013, p. 44).

Grupo focal: uma breve caracterização contextualizada

Passaremos agora a uma breve revisão da literatura a respeito do dispositivo de grupo focal, tecendo, na sequência, comentários críticos. Localizados entre observação de campo e entrevistas individuais, os grupos focais têm sido descritos como envolvendo um “bisbilhotar estruturado”, de acordo com Powney (1988 *apud* BARBOUR, 2009), pois estão situados, segundo ele, no *continuum* entre estrutura e espontaneidade. Segundo Barbour (2009), é justamente a capacidade de injetar alguma estrutura que dá aos grupos focais uma vantagem, além dos vários *insights* possíveis de serem elucidados por meio da interação com os participantes, no momento em que os dados são gerados. Observe-se que o desejo de se aproximar da “espontaneidade” sugere uma espécie de naturalidade para os fenômenos a serem investigados.

Definição e antecedentes históricos

A literatura sobre grupos focais evoca alguns debates a respeito de sua definição e terminologia. Dessa forma, os termos “entrevista de grupo”, “entrevista de grupo focal”, “grupos de discussão” e “discussões de grupo focal” são assumidos como reformulações possíveis e intercambiáveis. A definição de Kitzinger e Barbour (1999 *apud* BARBOUR, 2009, p. 21) tem obtido maior adesão: “qualquer discussão de grupo pode ser chamada de grupo focal, contanto que o pesquisador esteja ativamente atento e encorajando as interações do grupo”.

Observam-se orientações ao pesquisador, para que assuma papel ativo, o qual é compreendido como aquele que estimula a interação, evitando posicionar-se como simples moderador. Esse papel não se resume somente ao momento de aplicação dos grupos focais, como também à elaboração do roteiro de discussão (ou guia de tópicos) e às decisões tomadas com relação à composição do grupo, garantindo que os participantes tenham algo em comum para que a discussão pareça

